Nestlé

Good Food, Good Life

Relatório e Contas

Consolidadas

2011

Nestlé Portugal, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

A Economia Mundial voltou a crescer em 2011. Por um lado, a Zona Euro regressou a valores de crescimento positivos assim como os EUA. Por outro lado, as economias Emergentes mantiveram os índices de crescimento elevados devido às actividades domésticas, aos estímulos monetários e à concessão de crédito.

Como facto importante, devemos referir que o ano de 2011 foi marcado pelo agravamento do risco da dívida soberana nos países periféricos da Zona Euro, pelos desequilíbrios das contas públicas e pelas dificuldades do sector financeiro, obrigando os respectivos Governos a adoptarem, várias vezes, medidas de consolidação orçamental visando a redução da despesa pública e os aumentos das receitas fiscais.

Em Portugal, o PIB registou uma queda de 1,6% em 2011, após um aumento de 1,4% em 2010. A contracção da actividade económica em 2011 refletiu a evolução da procura interna, com destaque para a contracção significativa do consumo privado (-3,9%, após 2,1% em 2010) e para a queda pelo quarto ano consecutivo, da formação bruta de capital fixo. Em sentido contrário, o contributo da procura externa líquida aumentou de forma significativa em relação a 2010 (4,6 p.p., após 0,5 p.p.), reflectindo em grande medida a queda acentuada das importações no conjunto do ano.

A Taxa de Desemprego voltou a crescer em 2011 chegando aos 12,7% (10,8 % em 2010 e 9,5 % em 2009)

O Mercado de Capitais Português em 2011 caracterizou-se por uma quebra de 11,7% na capitalização bolsista face a 2010, tendo o segmento obrigacionista crescido 16,6% e o segmento Accionista caído 23,6%. O PSI 20 teve uma quebra de 27,6% e o Índice de Volatilidade passou de 16,08% em 2010 para 20,77% em 2011.

No Mercado Monetário Euro as taxas de juro Euribor em 2011 aumentaram ligeiramente 24, 35, 39 e 44 pontos base, para os prazos de 1, 3, 6 e 12 meses, respectivamente.

Relativamente à evolução da inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português, registou em 2011 uma taxa de variação média positiva de 3,6% (1,4% em 2010), claramente influenciada pelo impacto de efeitos base relacionados com a evolução dos preços dos bens energéticos e o agravamento da taxa do IVA que incide sobre a electricidade e o gás natural, de 6% para os 23%, no mês de Outubro.

2. ACTIVIDADE DO GRUPO

2.1. Empresas incluídas no Grupo Nestlé Portugal e actividade desenvolvida.

O universo das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo integrou, em 31 de Dezembro de 2011, as seguintes empresas:

	% de Participação
Nestlé Portugal, S.A.	Casa - mãe
Prolacto – Lacticínios de São Miguel, S.A.	100%
Cereal Associados Portugal, A.E.I.E.	50%

Durante o ano de 2011, foi dada continuidade à nossa missão de contribuir para um mais claro relacionamento de todas as empresas com os clientes e maximizar o valor do Grupo Nestlé em Portugal na perspectiva dos nossos Accionistas.

"*Reforçar a nossa Liderança no mercado da Alimentação em Portugal*", escutar os nossos consumidores, conhecer os seus desejos e responder às suas expectativas de forma rápida e eficaz constitui um dos nossos principais compromissos, de forma a ser reconhecida como a *"Companhia Líder em Nutrição, Saúde e Bem-estar"*.

Foi, igualmente, dado seguimento a importantes iniciativas que a empresa Nestlé Portugal, S.A. tem em curso, principalmente ao nível da optimização e eficiência de processos, adoptando as melhores práticas e adequando a estrutura organizativa, de modo a oferecer um serviço de excelência aos nossos clientes e consumidores, assegurando assim o seu futuro.

Uma gestão de rigor baseada na Comunicação com o Consumidor, Inovação e Renovação, Eficiência Operacional e Disponibilidade dos nossos Produtos tem sido o lema do Grupo Nestlé no

mercado, com vista a alcançar os objectivos a que se propôs. Igualmente, a gestão europeia e ibérica de alguns negócios desenvolvidos pelo Grupo tem auxiliado ao reforço da dinâmica operacional, como resposta a um ambiente concorrencial agressivo.

O Grupo Nestlé em Portugal tem um compromisso estabelecido com a Criação de Valor Partilhado como agente responsável da sociedade em Portugal. Por esta razão, mais uma vez a companhia incrementou os níveis de investimento, criou emprego e manteve iniciativas de promoção e sensibilização acerca da importância da Nutrição e estilos de vida saudáveis. Do mesmo modo, reduziu os consumos de água e CO2 e lançou várias iniciativas enfocadas na reciclagem das embalagens dos seus produtos.

O ambiente geral de crise teve um impacto na evolução dos Negócios em 2011. A redução do consumo privado em Portugal, a par da proliferação das lojas "discount", da competitividade das marcas próprias e das marcas de primeiro preço provocaram dificuldades acrescidas ao crescimento económico no sector alimentar.

Não obstante esta tendência, reforçou-se a estratégia de inovação e melhoria qualitativa dos produtos comercializados pela Nestlé Portugal, baseada na introdução de novos conceitos para as diversas categorias de produtos, com uma contínua aposta nas gamas de produtos Premium e também uma atenção especial aos produtos de gama económica denominados produtos "populares".

Esta estratégia de foco na Inovação e na Nutrição, bem como na promoção de ações e práticas de segurança e educação alimentar, cujos reflexos estão bem patentes na notoriedade das nossas marcas,

De salientar ainda o contributo positivo do crescimento nas Exportações, na crescente absorção e optimização dos Custos Fixos de Fabricação, contribuindo assim para uma maior competitividade dos nossos produtos e respectivas fábricas.

A evolução da actividade em todo o Grupo foi positiva, tendo sido atingidos, na generalidade, os objectivos estabelecidos no respectivo plano operacional.

2.2. Política de investimentos

O Grupo continuou a desenvolver uma política de investimentos em linha com os objectivos definidos, com especial incidência nas áreas de Vendas e Distribuição, de Produção e das Tecnologias de Informação das diferentes empresas, que ascenderam a 14,5 milhões de Euros.

Na área de Produção, e pela importância que as fábricas desempenham na estratégia de desenvolvimento dos nossos produtos e marcas em Portugal, foram efectuados investimentos com o objectivo de dotar as fábricas do Grupo com os meios técnicos necessários às exigências da produção e qualidade actuais.

2.3. Performance de 2011

As opções estratégicas e correspondentes medidas operacionais que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos continuam a dar bons resultados.

O crescimento constante das lojas "discount" e a competitividade crescente e agressiva entre as várias insígnias, associado à forte presença no mercado das marcas dos retalhistas e das marcas de primeiro preço continuam a determinar uma redução do preço médio de venda dos produtos do sector alimentar em geral.

Os resultados operacionais do Grupo atingiram o montante de 30.381 milhares de euros, contra 34.997 milhares de euros em 2010. O acréscimo das matérias primas chaves como o Café em grão o Açúcar foi parcialmente compensado pelo acréscimo das nossas vendas e uma serie de medidas dirigidas a gestão eficiente dos nossos recursos. Neste ambiente competitivo, salientamos que os resultados apresentados pelo Grupo Nestlé são claramente demonstradores da adequação das opções estratégicas delineadas e do excelente trabalho desenvolvido por todos os seus colaboradores que, face ao enquadramento económico e financeiro adverso, souberam reagir proactivamente, atingindo, em geral, os objectivos fixados pelo Grupo, de crescimento e rentabilidade.

2.4. Volume de negócios de 2011

O volume de negócios consolidado das empresas do Grupo Nestlé em Portugal, durante o exercício de 2011, atingiu o montante de 474.395 milhares de euros, o que constitui um acréscimo

de 16.077 milhares de euros comparativamente com o ano de 2010. Este resultado é, em boa medida, fruto do esforço realizado pela empresa em matéria de inovação nos últimos anos.

3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito da prossecução do seu objecto social e tal como aconteceu nos anos anteriores, no exercício de 2011 a o Grupo manteve em vigor os contratos de prestação de serviços celebrados com a sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo Nestlé não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os resultados do Grupo Nestlé Portugal espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adoptados durante o exercício e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto - lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

O resultado consolidado líquido do exercício, positivo, de 20.960 euros, representa um decréscimo de 3.677 milhares de euros face ao do exercício de 2010.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO

Apesar do ambiente de crise vivido em todo o mundo, o Grupo Nestlé tem sabido ultrapassar esta nova realidade, sem prejuízo dos seus colaboradores, do seu património, da qualidade que introduz constantemente nos seus produtos e, acima de tudo, sem descurar as necessidades básicas dos seus consumidores.

Esta é também a perspectiva do Grupo em Portugal, ciente no entanto, que o exercício de 2012 continuará a ser, para o sector alimentar, um ano de grande incerteza e complexidade, cujos resultados irão depender da evolução de crescimento do Produto, em particular do rendimento das famílias, da evolução do desemprego e do retorno a um clima de maior estabilidade a nível mundial.

O Grupo manterá a sua política de excelência, apostando no recrutamento de novos valores, na formação dos seus colaboradores, na sua motivação e satisfação, na conciliação da sua vida pessoal e profissional, na inovação e diferenciação dos seus produtos, com vista ao reforço da sua presença num sector tão competitivo como o alimentar.

O plano estratégico para o Grupo constitui a referência para o futuro que estamos empenhados em construir. Têm vindo a ser adoptadas nos últimos anos as decisões estratégicas e os investimentos que se entendem adequados, em particular com vista à diminuição dos custos (sem descurar os princípios basilares pelos quais a Nestlé rege a sua gestão), à modernização e eficiência dos serviços prestados aos nossos clientes e à melhoria contínua dos produtos que colocamos no mercado, tudo para maior satisfação dos nossos consumidores

O respeito pelo meio ambiente é uma prioridade do Grupo, desde há alguns anos conta com um sistema próprio de gestão (*Nestlé Environmental Management System – NEMS*), para unificar todas as suas actividades e medidas relacionadas com o meio ambiente. O *NEMS*, implantado em todos os centros de produção da Nestlé no mundo, é revisto periodicamente e constitui uma valiosa ferramenta para conseguir a progressiva certificação das fábricas de acordo com os requisitos da norma *ISQ* 14001.

Os resultados e a solidez financeira das empresas nos últimos anos indiciam que se continuarão a alcançar os objectivos traçados pelo Grupo. Acreditamos que os indicadores de crescimento e os resultados do Grupo Nestlé no próximo exercício se manterão positivos, como previsto no respectivo plano estratégico, promovendo a criação de valor para os nossos accionistas de uma forma duradoura e sustentada.

7. NOTA FINAL

A Administração agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da actividade do Grupo, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo.

Linda-a-Velha, 31 de Maio de 2012

A ADMINISTRAÇÃO

Bernard M. J. Meunier – Presidente
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios - Administrador Delegado
Jorge Olalde Fernández de Betoño – Administrador
Juan Jose Aranols Campillo – Administrador
Fernando Revuelta Laso - Administrador

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010
ATIVO NÃO CORRENTE:			
ativos fixos tangiveis	5	85.128.701	81.468.161
ativos intangíveis	6	160.852	13.654.463
Participações financeiras - outros métodos	7	101.412.502	101.412.502
Clientes	8	1.782.856	1.777.876
Diferimentos	9	9.857.625	-
ativos por impostos diferidos	10	4.193.607	5.547.551
Total do activo não corrente		202.536.144	203.860.553
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	11	28.283.046	29.884.935
Clientes	8	72.989.913	75.260.550
Adiantamentos a fornecedores	8	2.610.041	2.487.660
Estado e outros entes públicos	12	601.973	612.255
Outras contas a receber	8	1.649.525	2.232.676
Diferimentos	9	6.527.253	1.230.404
ativos financeiros detidos para negociação	13	924.333	280.650
ativos não correntes detidos para venda	5	-	314.180
Caixa e depósitos bancários	4	4.456.971	12.332.095
Total do ativo corrente		118.043.055	124.635.405
Total do ativo		320.579.199	328.495.958
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	30.000.000	30.000.000
Prémios de emissão	14	13.732.757	13.732.757
Reservas legais	14	6.000.000	6.000.000
Outras reservas	14	(27.325)	165.481
Resultados transitados	14	57.738.535	57.736.604
Excedentes de revalorização	14	7.017.828	7.005.813
Outras variações no capital próprio	14	(3.415.838)	(3.879.244)
		111.045.957	110.761.411
Resultado líquido do período		20.960.441	24.637.931
Total do capital próprio		132.006.398	135.399.342
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	5.419.359	5.823.622
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	6.521.798	8.239.358
Passivos por impostos diferidos	10	29.219.381	29.371.164
Outras contas a pagar	17	657.382	597.198
Total do passivo não corrente		41.817.920	44.031.341
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	67.115.789	72.366.815
Estado e outros entes publicos	12	11.271.637	11.232.238
Financiamentos obtidos	4 / 18	39.397.456	38.260.254
Outras contas a pagar	17	27.470.116	26.018.083
Diferimentos	19	896.027	1.004.808
Passivos financeiros detidos para negociação	13	603.855	183.078
Total do passivo corrente		146.754.881	149.065.274
Total do passivo		188.572.801	193.096.616
Total do capital próprio e do passivo		320.579.199	328.495.958

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL,S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	20	474.394.957	458.317.851
Subsídios à exploração	21	50.000	28.203
Variação nos inventários da produção	11	(643.555)	655.193
Trabalhos para a própria entidade		2.678	285
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(249.188.799)	(223.664.834)
Fornecimentos e serviços externos	22	(118.539.106)	(125.285.818)
Gastos com o pessoal	23	(64.979.259)	(61.343.030)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	(60.000)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8	(1.673.574)	(1.045.684)
Provisões (aumentos / reduções)	15	(2.736.908)	(4.495.830)
Outros rendimentos e ganhos	24	15.798.685	19.306.097
Outros gastos e perdas	25	(11.918.053)	(13.338.523)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40.507.066	49.133.912
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(10.125.937)	(13.829.272)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	5	-	(307.410)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.381.128	34.997.230
Juros e rendimentos similares obtidos	27	53.869	206.708
Juros e gastos similares suportados	27	(946.073)	(851.086)
Resultado antes de impostos		29.488.924	34.352.852
Imposto sobre o rendimento do período	10	(8.528.484)	(9.714.921)
Resultado líquido do período		20.960.441	24.637.931

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLE PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2011		30.000.000			13.732.757	6.000.000	165.481	57.736.604		7.005.613	(3.679.244)	24.637.931	135.399.342
Alterações no período:													-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	-	-	69.516			12.015	(172.503)	-	(90.972)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	14	-	-	-	-	-	(262.322)	-	-	-	835.909	-	373.587
		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	(27.325)	57.736.604	-	7.017.628	(3.415.838)	24.637.931	135.681.957
Resultado líquido do período												20.960.441	20.960.441
Resultado integral												45.598.372	156.642.397
Operações com detentores de capital no período													
Distribuições	14	-	-	-	-	-	-	(24.636.000)	-	-	-	-	(24.636.000)
Outras operações	14	-	-	-	-	-	-	24.637.931	-	-	-	(24.637.931)	0
		-	-	-	-	-	-	1.931	-	-	-	(24.637.931)	(24.636.000)
Posição no fim do período 2011		30.000.000	0	0	13.732.757	6.000.000	-27.325	57.738.535	0	7.017.628	-3.415.838	20.960.441	132.006.398

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Refóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranois Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLE PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2010		30.000.000			13.732.757	6.000.000		58.146.326	-	7.005.813	(2.051.391)	22.249.352	135.082.857
Alterações no período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos	14	-	-	-	-	-	(57.282)		-	-	682.594	-	625.312
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	14	-	-	-	-	-	222.764	-		-	(2.510.447)	-	(2.287.683)
xxx												-	-
xxx													-
		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	165.481	58.146.326	-	7.005.813	(3.879.244)	22.249.352	133.420.485
Resultado líquido do período												24.637.931	24.637.931
Resultado integral												46.887.283	158.058.417
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições	14	-	-	-	-	-	-	(22.659.075)	-	-	-	-	(22.659.075)
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações	14	-	-	-	-	-	-	22.249.352		-	-	(22.249.352)	-
		-	-	-	-	-	-	(409.722)	-	-	-	(22.249.352)	(22.659.075)
Posição no fim do período 2010		30.000.000	-	-	13.732.757	6.000.000	165.481	57.736.604	-	7.005.813	(3.879.244)	24.637.931	135.399.342

Técnico Oficial de Contas

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Bernard M. J. Meunier

António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios

Jorge Claide Fernandez de Betoño

Juan Jose Arancis Campillo

Fernando Revuelta Lasc

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2011		2010	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		474.683.568		457.019.307	
Pagamentos a fornecedores		(372.686.284)		(337.659.406)	
Pagamentos ao pessoal		(69.154.092)		(65.971.386)	
Caixa gerada pelas operações		32.843.192		53.388.515	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.773.031)		(4.681.793)	
Outros recebimentos / pagamentos		1.465.984		852.549	
Fluxos das atividades operacionais [1]			25.536.145		49.559.271
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(10.536.744)		(15.982.313)	
Activos intangíveis		-		(9.966.414)	
Investimentos financeiros		-		(97.572)	
Outros ativos			(10.536.744)		(26.046.298)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		470.540		218.028	
Ativos intangíveis		3.252		-	
Investimentos financeiros		-		-	
Outros ativos					
Subsídios ao investimento		1.679		2.593	
Juros e rendimentos similares		34.159		506.385	
Dividendos	7	1.077.375	1.587.004	-	727.007
Fluxos das atividades de investimento [2]			(8.949.739)		(25.319.292)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		-		-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio					
Cobertura de prejuízos					
Doações					
Outras operações de financiamento			-		-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-	
Juros e gastos similares		(962.732)		(851.086)	
Dividendos	14	(24.636.000)		(22.659.075)	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio					
Outras operações de financiamento			(25.598.732)		(23.510.161)
Fluxos das atividades de financiamento [3]			(25.598.732)		(23.510.161)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			**(9.012.326)**		**729.819**
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período	4		(25.928.159)		(26.657.978)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4		(34.940.485)		(25.928.159)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em euros)

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2011	2010
Caixa	38.526	33.238
Depósitos bancários	2.171.176	5.611.579
Cash Pooling	2.247.269	6.687.279
Descobertos bancários e outros	(39.397.455)	(38.260.254)
Disponibilidades constantes do balanço	(34.940.484)	(25.928.159)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
Consolidado

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, S.A., ("Nestlé Portugal" ou "Empresa/Sociedade") é uma sociedade anónima constituída em Avanca em 10 de Março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como actividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 28 de Maio de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Accionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa consolidados.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual. Aplicáveis ao período findo em 31/12/2011.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de Dezembro de 2010.

Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal, S.A. incluem as contas da subsidiária Prolacto – Lacticinios de S.Miguel, S.A. em que participa no respectivo capital social (100%) exercendo o controlo da sua gestão, a qual foi englobada pelo método da consolidação integral de acordo com a NCRF 15. O agrupamento Cereal Associados Portugal A.E.I.E. detido em 50% foi englobado pelo método de consolidação proporcional de acordo com a NCRF 13.

Para as sociedades englobadas na consolidação, procede-se à eliminação dos saldos e das transacções significativas (com os correspondentes rendimentos e gastos) entre as empresas consolidantes (na respectiva proporção em que as mesmas são consolidadas).

As participações que não são objecto de consolidação pelo método integral, equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, estão contabilizadas ao Custo.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

No decorrer de 2011, o Grupo decidiu alterar a apresentação das "comparticipações publicitárias". Até 31 de Dezembro de 2010, estas foram apresentadas como ativos intangíveis, passando, a 31 de Dezembro de 2011 a ser apresentadas como diferimentos (ver notas 6 e 9). Adicionalmente, os gastos associados, passaram a ser reconhecidos como uma diminuição às vendas (ver nota 20) em vez de uma amortização (ver notas 6 e 26). À data de 31 de Dezembro de 2011, a quantia de comparticipações publicitárias apresentada em diferimentos é de 15.449.922 euros (ver nota 9) e o montante registado em 2011 como uma diminuição das vendas é de 5.159.826 euros.

Não existem outras contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Com excepção do mencionado nos parágrafos seguintes, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, o Grupo decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efectuadas a todas as instalações com excepção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta a antiguidade e o processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os ativos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas directamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. O Grupo deprecia os seus ativos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa do Grupo.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edificios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangiveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.2.2. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O Grupo não tem registados à data contratos de locação financeira, como locatário.

3.2.3. Ativos intangíveis

O Grupo reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Grupo e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com actividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efectivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intagiveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

3.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflicta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de " Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.5. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e Goodwill

A participação em empresas conjuntamente controladas é registada pelo método da equivalência patrimonial.

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Grupo nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

O Goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respectiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões) ".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato o Grupo verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adoptado pelo Grupo é o custo médio.

3.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e, consequentemente, deduzidos às dívidas de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dividas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.
O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efectivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

3.2.8. Contabilidade de Cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.
Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transacção e que são atribuídos directamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transacção que são directamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No inicio da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objectivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o inicio da cobertura e nos

períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospectiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospectiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pelo Grupo no período de 2011 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, o Grupo avalia se essas transacções são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados do período.

O Grupo possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. O Grupo avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, o Grupo tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros.
O Grupo interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou o Grupo revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transacção prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que o Grupo não espera que a transacção prevista se vá concretizar.

3.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.
Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transação
- Possam ser fiavelmente mensurados."

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede das Empresas incluídas na consolidação. O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.
Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O grupo de sociedades que compõe o Grupo Nestlé Portugal optou, por comunicação de 11 de Fevereiro de 2005 à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 7 do artigo n.º 63 do CIRC, pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), válida para cinco períodos, de 2005 até 2009, a qual se prorroga entretanto de forma automática.

3.2.11. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são actualizados às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

3.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.2.13. Diferimentos/Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo / periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

O Grupo constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afectadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios directos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as actividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de retreinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

3.2.15. Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respectivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

O Grupo reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Planos pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de benefícios pós-emprego (planos de pensões) existentes no Grupo correspondiam, até 31 de Dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em

vigor, de que são beneficiários os trabalhadores ativos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de Novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.
O Grupo alterou (para os colaboradores ativos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida à data de 1 de Janeiro de 2011.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.
O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha recta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.
O Grupo reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, o Grupo tem constituído um Fundo de Pensões gerido por uma entidade externa e independente (PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos atuariais, efetuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos atuariais de base à avaliação das responsabilidades do Grupo com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de actualização:

- Uma rentabilidade real de longo prazo de 4,75%,
- Uma taxa de crescimento dos salários de 3,25% até aos 55 anos e 2,50% até à idade de reforma

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

3.2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.2.17. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.
Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.
Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.
Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração da probabilidade ocorra.
Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração ocorra.
Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo divulga o respectivo passivo contingente.

3.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao Grupo sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

3.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados repor-

tados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.3.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do ativo. O Grupo faz uma revisão á vida útil a ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Ativos fixos intangíveis

O Grupo avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. O Grupo faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

3.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

3.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3.4. Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.
Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

3.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efectuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da facturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do ano seguinte.

3.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efectuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.
Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração do Grupo entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011.
O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

3.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso

4.2 Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 detalham-se no mapa seguinte:

	2011	2010
Numerário	38.526	33.238
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Millennium BCP	1.683.030	2.895
Santander Totta	207.744	5.511.202
BPI	277.692	1.793
Citibank	2.514	95.523
BBVA	197	166
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	2.247.269	6.687.279
	4.456.971	12.332.095
Descobertos bancários:		
Millennium BCP	-	(891.388)
Santander Totta	(11.737)	
Cash pooling c/ Nestlé Espanha (ver Nota 18)	(39.385.719)	(37.368.865)
	(39.397.456)	(38.260.254)

A diminuição na rubrica de depósitos bancários e o aumento do cash-pooling está diretamente relacionados com a falta de movimentos de compensação em Dezembro de 2010 referente ao método de pagamento "confirming", que provocou um aumento da rubrica de fornecedores. (ver nota 18).

O aumento do cash-pooling está diretamente relacionado com o endividamento bancário do Grupo, que é refletido no aumento da divida à Nestlé Espanha, fruto da movimentação do próprio cash-pooling.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	15.199.600	73.362.448	108.751.720	2.110.843	35.374.049	55.957.194	3.573.397	294.329.251
Aquisições		1.433.596	4.651.238		640.551	4.400.233	3.389.771	14.515.389
Alienações	(62.216)		(19.098)	(47.544)	(119.737)	(5.963)		(254.559)
Transferências	62.216	1.219.486	799.941		638.695	(197.454)	(3.477.162)	(954.278)
Abates		(44.282)	(805.135)	(39.683)	(429.608)	(3.976.975)		(5.295.682)
Revalorizações								-
Outras variações								-
Saldo final	15.199.600	75.971.248	113.378.666	2.023.615	36.103.950	56.177.036	3.486.007	302.340.121
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10.126	49.131.557	82.857.057	2.110.356	31.805.025	46.946.968	-	212.861.089
Depreciações do período		2.196.403	3.262.029	89	1.619.007	2.675.539	-	9.753.068
Perdas por imparidade do período							-	-
Reversões de perdas por imparidade							-	-
Alienações			(11.562)	(47.544)	(119.737)	(2.748)	-	(181.592)
Transferências							-	-
Abates		(30.860)	(805.135)	(39.683)	(428.641)	(3.920.795)	-	(5.225.114)
Outras variações		(5.825)	9.772	(0)	21		-	3.968
Saldo final	10.126	51.291.276	85.312.162	2.023.217	32.875.674	45.698.965	-	217.211.420
Ativos líquidos	15.189.474	24.679.972	28.066.504	398	3.228.276	10.478.071	3.486.007	85.128.701

2010

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	15.305.610	72.563.387	102.796.735	2.257.864	35.389.557	56.313.444	2.462.106	287.088.702
Aquisições	-	1.710.632	5.126.970	489	1.353.436	4.446.365	3.117.742	15.755.634
Alienações	-	-	-	(125.448)	(87.788)	(8.325)	-	(221.561)
Transferências	(52.954)	(850.735)	1.015.558	-	346.198	885.257	(2.006.451)	(663.127)
Abates	(53.056)	(60.836)	(187.543)	(22.062)	(1.627.353)	(5.677.485)	-	(7.628.335)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	(2.062)	-	(2.062)
Saldo final	15.199.600	73.362.448	108.751.720	2.110.843	35.374.049	55.957.194	3.573.397	294.329.251
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	63.182	47.584.225	80.095.781	2.257.568	31.180.653	50.130.258	-	211.311.668
Depreciações do período	-	1.905.659	2.973.218	297	2.325.965	2.048.449	-	9.253.588
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	1.653	305.757	-	307.410
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(125.448)	(87.788)	(6.656)	-	(219.892)
Transferências	-	(297.491)	(51.457)	-	-	-	-	(348.947)
Abates	(53.056)	(60.836)	(160.486)	(22.062)	(1.618.426)	(5.529.894)	-	(7.444.759)
Outras variações	-	-	-	-	2.968	(946)	-	2.022
Saldo final	10.126	49.131.557	82.857.057	2.110.356	31.805.025	46.946.968	-	212.861.089
Ativos líquidos	15.189.474	24.230.891	25.894.662	488	3.569.025	9.010.226	3.573.397	81.468.162

Na rubrica transferências o saldo apresentado corresponde a máquinas de café inicialmente registadas como ativos fixos tangíveis e que depois foram reclassificadas como leasing financeiros (clientes, ver nota 8).

A 31 de Dezembro de 2011 os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis ascendem a 3.486.007 euros (2010: 3.573.397 euros), apresentados na rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso.

As aquisições do ano estão relacionadas com o investimento realizado na fábrica de Avanca, no total de 4.135.000 euros em equipamentos que visam aumentar e melhorar as linhas de produção desta unidade fabril. Destaque ainda para os cerca de 1.714.000 euros investidos na nova linha de produção de cereais de pequeno-almoço. Nas fábricas da Lagoa e do Porto foram investidos respetivamente, cerca de 1.777.000 euros e 1.315.000 euros na sua modernização, e na área comercial foram investidos cerca de 4.735.000 euros em equipamentos para o negócio de R&G

Os abates incluem, maioritariamente equipamentos do negócio de R&G cuja vida útil já foi esgotada, sendo estes na sua maioria substituídos por equipamentos novos.

No decorrer do período de 2011, o valor dos gastos incorridos com estes ativos foi de 5.076.645 euros (2010: 4.969.166 euros), estando registados na rubrica "conservação e reparação" da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica investimentos de carácter ambiental que ascendem a 2.901.000 euros.

Decomposição da rubrica de ativos não correntes detidos para venda (valores em euros):

	2010		
Activo	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor liquido
- Armazem da Pedrulha em Coimbra	184.624	55.855	128.769
- Armazem da Guia em Albufeira	478.504	293.093	185.411
Saldo final	663.127	348.947	314.180

Estes ativos foram alienados no decorrer do período.

Decorrente do referido na nota 3.2.1 (custo considerado) a data de eficácia da revalorização dos terrenos é 1 de Janeiro de 2009, tendo estado envolvido um avaliador independente. O justo valor dos bens foi determinado por referência a preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes.
Desta forma o Grupo apresenta na rubrica de excedentes de reavaliação dos terrenos o montante de 9.277.066 euros (ver Nota 14).

	Excedente de revalorização	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	9.277.066	(2.271.253)	7.005.813
Revalorizações do período			
Depreciações e imparidades			
Alienações e abates			
Outros movimentos		12.015	12.015
Saldo no final do período	9.277.066	(2.259.238)	7.017.828

A data de eficácia da revalorização dos ativos totalmente depreciados na data de transição é de 1 de Janeiro de 2009, não tendo estado envolvido um avaliador independente. O custo considerado foi determinado mediante as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos, o qual consideramos ser a melhor estimativa do seu justo valor na data de transição.

Adicionalmente, os ativos fixos tangíveis incluem:

- Reavaliações efectuadas, antes da data de transição, ao abrigo de diplomas legais no montante líquido de 7.595.728 euros; e,

- O custo considerado dos ativos totalmente depreciados em POC, no montante de 8.845.248 euros líquido de depreciações.

Ambos estes montantes encontram-se registados em resultados transitados, sendo que o seu valor não está disponível para distribuição aos accionistas (ver nota 14).

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011

	Goodwill	Trespasses Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	-	26.361.863	19.981.495	637.954	46.981.313
Aquisições					-
Alienações			(4.000)		(4.000)
Transferências			(19.461.012)		(19.461.012)
Outras variações	-	-	-	262.168	262.168
Saldo final	-	26.361.863	516.484	900.122	27.778.469
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		26.268.462	6.488.407	569.981	33.326.849
Amortizações do período		93.401	6.680	272.788	372.869
Alienações			(2.000)		(2.000)
Transferências			(6.080.102)		(6.080.102)
Saldo final	-	26.361.863	412.985	842.768	27.617.617
Ativos líquidos	-	-	103.498	57.354	160.852

2010

	Goodwill	Trespasses Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	249.399	26.361.863	10.408.736	395.968	37.415.966
Aquisições	-	-	9.898.726	-	9.898.726
Abates	(249.399)	-	(325.967)	-	(575.366)
Outras variações	-	-	-	241.987	241.987
Saldo final	-	26.361.863	19.981.495	637.954	46.981.313
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	249.399	25.967.761	2.455.038	395.968	29.068.166
Amortizações do período	-	300.700	4.100.970	174.013	4.575.684
Abates	(249.399)	-	(67.602)	-	(317.001)
Saldo final	-	26.268.462	6.488.407	569.981	33.326.849
Ativos líquidos	-	93.401	13.493.089	67.973	13.654.463

As transferências registadas na rubrica propriedade industrial dizem respeito à reclassificação das "comparticipações publicitárias" em diferimentos (ver nota 9) cuja reversão (reconhecida na demonstração dos resultados como uma diminuição de vendas) acompanha a duração dos respetivos contratos.

As amortizações do período, no montante de 372.869 euros (em 2011), foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização.

Vidas úteis

A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos. Na rubrica "outros ativos intangíveis" está registada a licença referente à emissão de CO2 que é depreciada de acordo com os consumos efetivos dessas emissões. A amortização deste ativo registado na rubrica em Gastos de depreciação e de amortização é acompanhado pelo respetivo rendimento registado em "Outros rendimentos e ganhos".

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os períodos findos em 31/12/2011 e em 31/12/2010 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2011	
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Ativos líquidos	101.412.502	101.412.502

	2010	
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Ativos líquidos	101.412.502	101.412.502

O Grupo detém uma participação de 14,926% na sociedade Lactalis Nestlé Produits Frais S.A., sediada em França, registada ao custo. A esta participação financeira foram efectuados testes de imparidade que mostraram a capacidade da participada em recuperar o valor contabilístico no montante de 101.400.000 euros.

Em Outubro de 2011 o Grupo recebeu dividendos da sociedade Lactalis Nestlé Produits Frais S.A. no montante de 1.077.375 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica de Outros rendimentos e ganhos (Ver nota 24).

8 ATIVOS FINANCEIROS

Meios Financeiros líquidos

Os meios financeiros líquidos encontram-se detalhados na nota 4.

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as contas a receber do Grupo apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	1.782.856	-	1.782.856	1.777.876	-	1.777.876
	1.782.856	-	1.782.856	1.777.876	-	1.777.876
Correntes:						
Clientes	84.272.844	(11.282.931)	72.989.913	85.055.776	(9.795.226)	75.260.550
Adiantamentos a fornecedores	2.610.041	-	2.610.041	2.487.660	-	2.487.660
Outras contas a receber	1.777.709	(128.184)	1.649.525	2.554.955	(322.278)	2.232.676
	88.660.594	(11.411.115)	77.249.479	90.098.391	(10.117.505)	79.980.887
	90.443.451	(11.411.115)	79.032.336	91.876.267	(10.117.505)	81.758.762

As quantias registadas em "Clientes" (correntes e não correntes) estão deduzidas das estimativas de rappel, bónus e outros descontos comerciais a conceder aos clientes (TTS – "Total Trade Spend"), no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com estes, no montante de 25.876.464 euros (2010: 20.862.327 euros). A variação nesta rubrica está diretamente relacionada com o aumento da atividade, bem como na renegociação dos contratos com alguns dos clientes.
Os valores apresentados como não correntes referem-se aos valores a receber após 2012, de acordo com os contratos celebrados.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Transferências	Utilização	Reversões	Saldo Final
Clientes Gerais						
Clientes Tribunal	5.169.063	105.034	599.565	(82.551)	(290.521)	5.500.590
Clientes em Mora	4.626.163	2.426.773	(599.565)	(180.710)	(490.320)	5.782.341
	9.795.226	2.531.807		(263.262)	(780.841)	11.282.931
Outras contas a receber						
Outros devedores	322.278	4.224	-	(116.701)	(81.617)	128.184
	10.117.505	**2.536.031**	**-**	**(379.963)**	**(862.458)**	**11.411.115**

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes c/c:	74.118.239	337.443	208.612	19.458	74.683.752
Clientes Tribunal	-	-	-	5.500.590	5.500.590
Clientes em Mora	-	999.051	1.325.336	3.546.973	5.871.360
	74.118.239	1.336.494	1.533.948	9.067.021	86.055.702

9 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas do ativo corrente e não corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

		2011	2010
Não correntes:			
	"Comparticipações publicitárias"	9.857.625	-
		9.857.625	**-**
Correntes			
	"Comparticipações publicitárias"	5.592.297	-
	Outros	934.956	1.230.404
		6.527.253	**1.230.404**
		16.384.878	1.230.404

A variação deve-se à reclassificação do saldo de Comparticipações Publicitarias da rubrica de ativos intangíveis (ver nota 6).

Na rubrica de outros, encontram-se registadas despesas de fornecedores cujo gasto respeita ao ano de 2012, no valor de 797.670 euros.

10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2005, o Grupo passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade Nestlé Portugal, S.A..

A Administração do Grupo entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	7.417.296	7.438.190
	7.417.296	7.438.190
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	1.111.188	2.276.731
	1.111.188	2.276.731
Gasto com impostos sobre o rendimento	8.528.484	9.714.921

A reconciliação do imposto corrente apresenta-se como segue:

	2011	2010
Resultado Antes de Impostos	29.488.924	34.352.852
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	7.372.231	8.588.213
Diferenças permanentes:		
Impostos	(23.347)	(159.229)
Beneficios fiscais	(502.346)	(513.404)
Outros	(238.185)	(106.320)
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	(992.378)	(1.524.525)
Activos tangiveis	377.224	507.800
Imparidades	36.591	1.124.674
Outros	(93.498)	(2.266.054)
	5.936.293	5.651.155
Derrama estadual e Tributação autónoma	1.481.003	1.787.035
Imposto corrente do período	7.417.296	7.438.190

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2011	2010	2011	2010
Provisões não consideradas fiscalmente	702.393	806.471	-	-
Beneficios de reforma (Pensões)	1.728.276	2.185.946	-	-
Gastos diferidos fiscalmente	805.138	1.804.773	-	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilistico de:				
Ativos tangiveis	-	-	(2.587.426)	(2.684.105)
Participações financeiras	-	-	(23.980.624)	(23.980.624)
Outros passivos	303.305	322.092		
Reavaliações de ativos tangiveis	-	-	(2.513.729)	(2.560.574)
Mais valias diferidas	-	-	(137.602)	(145.861)
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Ajustamentos em clientes	596.899	410.710	-	-
Ativos fixos tangiveis	57.596	17.560	-	-
	4.193.607	5.547.551	(29.219.381)	(29.371.164)

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi como se segue:

	2011		2010	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	5.547.551	(29.371.164)	7.674.168	(29.844.363)
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	(104.078)	-	713.873	-
Beneficios de reforma (Pensões)	(282.650)	-	(1.874.141)	-
Gastos diferidos fiscalmente	(1.069.151)	-	(1.636.533)	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilistico de:				
Ativos tangiveis (Reavaliações legais anteriores a 2009)	-	44.636	-	42.010
Ativos tangiveis (Custo considerado na data de transição)	(2.516)	86.874	-	422.931
Participações financeiras	-	-	(11.896)	-
Outros passivos	(18.787)	-	-	-
Reavaliações legais (anteriores a 2009)	-	-	-	-
Mais valias diferidas	-	8.258	-	8.258
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidade em clientes	186.189	-	58.768	-
Ativos fixos tangiveis	40.036	-	-	-
	(1.250.956)	139.768	(2.749.929)	473.199
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	(172.503)	-	682.595	-
Derivados	69.516	-	(59.282)	-
Excedentes reavaliação	-	2.209	-	-
Revalorizações de ativos tangiveis	-	9.806	-	-
Reclassificação para resultados do período				
	(102.988)	12.015	623.312	-
Saldo final	4.193.607	(29.219.381)	5.547.551	(29.371.164)

O saldo inicial dos passivos por impostos diferidos do período de 2010 já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efectuada na rubrica de ativos fixos tangíveis "terrenos", e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, nos montantes de 2.259.238 euros e de 2.585.805 euros (Ver Nota 14).

11 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2011			2010		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	16.393.806	60.000	16.333.806	17.152.438	-	17.152.438
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	6.739.567	-	6.739.567	6.163.977	-	6.163.977
Produtos acabados e intermédios	4.749.036	-	4.749.036	6.182.575	-	6.182.575
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	460.636	-	460.636	385.945	-	385.945
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	-
	28.343.046	60.000	28.283.046	29.884.935	-	29.884.935

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	17.158.311	6.163.977	-	23.322.288
Compras	158.559.155	100.522.321	-	259.081.476
Regularizações	(8.900.572)	(1.175.147)	-	(10.075.718)
Saldo final	(16.399.680)	(6.739.567)	-	(23.139.247)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	150.417.214	98.771.585	-	249.188.799

	2010			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	15.957.695	7.325.386	-	23.283.081
Compras	138.719.906	91.075.552	-	229.795.458
Regularizações	(6.688.227)	596.810	-	(6.091.418)
Saldo final	(17.158.311)	(6.163.977)	-	(23.322.288)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	130.831.063	92.833.771	-	223.664.834

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efectuadas a clientes e mercadoria deteriorada.

Foram reconhecidos na demonstração dos resultados 60.000 euros de perdas de imparidade de modo a reflectir o valor realizável líquido estimado de inventários com baixa rotação.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011				
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	Total
Saldo inicial	(6.182.575)	-	(385.945)	-	(6.568.520)
Regularizações	707.004	-	8.289	-	715.292
Saldo final	4.749.036	-	460.636	-	5.209.672
Variação dos inventários da produção	(726.535)	-	82.980	-	(643.555)

	2010				
	Produtos acabados	Subprodutos	Produtos trab. curso	Outros	Total
Saldo inicial	(6.573.691)	-	(229.052)	-	(6.802.744)
Regularizações	889.417	-	-	-	889.417
Saldo final	6.182.575	-	385.945	-	6.568.520
Variação dos inventários da produção	498.301	-	156.893	-	655.193

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efectuadas a clientes e a produtos deteriorados.

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(6.404.803)	-	(4.998.678)
Estimativa de imposto (Ver Nota 9)	-	7.417.296	-	7.468.328
Retenção na Fonte	-	(39)	-	7.803
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	798.063	-	834.165
Imposto sobre o valor acrescentado	601.973	8.268.572	612.255	6.756.420
Contribuições para a Segurança Social	-	1.093.343	-	1.047.739
Outros Impostos	-	99.206	-	116.462
	601.973	11.271.637	612.255	11.232.238

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescendo (IVA) no valor de 7.666.599. Este valor é referente ao IVA de Novembro e Dezembro pago, respectivamente em Janeiro e Fevereiro de 2012. O saldo do ativo inclui o Imposto sobre valor acrescentado a recuperar do Estado. Esta situação deve-se ao facto do IVA das Vendas (Leite) ser inferior ao IVA que o Grupo suporta essencialmente ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos.

13 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Derivados - Potencialmente favoráveis	924.333	280.650
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	(603.855)	(183.078)
	320.478	97.572

Estes ativos e passivos são os mencionados na Nota 14 em "Outras Reservas".

14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 240.000 acções nominativas com o valor nominal de 125,00 Euros, cada.

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	30.000.000	30.000.000
Prémios / descontos	13.732.757	13.732.757
	43.732.757	43.732.757

	Valor nominal	Nº de acções
2011		
Acções nominativas	125	240.000
	125	240.000
2010		
Acções nominativas	125	240.000
	125	240.000

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva legal ascendia a 6.000.000€.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2010	-	-	-	-
CFH reserve -Commercial (NTC		61.397		61.397
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	152.323			152.323
CFH reserve -Commodity (Nestlé Espanha)	9.044			9.044
Imposto diferido Hedge reserve			(57.282)	(57.282)
Quantia em 31-12-2010	161.367	61.397	(57.282)	165.481
CFH reserve -Commercial (NTC		686.985		686.985
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	(940.263)			(940.263)
CFH reserve -Commodity (Nestlé Espanha)	(9.044)			(9.044)
Imposto diferido Hedge reserve			69.516	69.516
Quantia em 31-12-2011	(787.940)	748.382	12.234	(27.325)

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

Resultados transitados

A variação em 2011 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 24.637.931 euros;
- Distribuição de dividendos de 24.636.000 euros;

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes (líquidos de depreciação) de 7.595.728 euros e de 8.845.248 euros referentes a reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas e ao montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos accionistas.

Distribuições

Os dividendos referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de Março de 2011, a 24.636.000 euros *(10,27 € por ação)*. O seu pagamento ocorreu em Dezembro de 2011.

Excedentes de Revalorização (Terrenos)

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31/12/2011 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização AFT	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	9.277.066	(2.271.254)	7.005.812
Revalorizações do período	-	-	-
Outros movimentos	-	12.015	12.015
Saldo no final do período	9.277.066	(2.259.239)	7.017.828

O montante de 9.277.066 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuição.

Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	(3.879.244)	(2.051.391)
Ganhos e perdas actuariais	650.956	(2.575.827)
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	(172.503)	682.594
Subsidio investimento	(4.427)	(2.593)
Licença de Co2:		
Atribuição	262.168	241.987
Utilização	(272.788)	(174.013)
Saldo final	(3.415.838)	(3.879.244)

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas atuariais e o respetivo imposto diferido.

15 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011					
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Passagem do tempo	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.833.180	-	-	-	(37.845)	1.795.335
Processos judiciais em curso	885.755	335.863	(107.757)	-	(230.578)	883.282
Contratos onerosos	-	490.388	-	-	-	490.388
Reestruturações	3.102.687	2.283.920	(265.118)	-	(2.871.135)	2.250.353
Outras provisões	2.000		(387)	-	(1.613)	-
	5.823.622	3.110.170	(373.262)	-	(3.141.171)	5.419.359

	2010					
	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Passagem do tempo	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.223.792	1.833.812	(1.192.088)		(32.335)	1.833.180
Processos judiciais em curso	164.940	885.755	(64.940)		(100.000)	885.755
Reestruturações	91.876	3.092.025	(347)		(80.867)	3.102.687
Outras provisões	299.427	-	(59.018)		(238.409)	2.000
	1.780.035	5.811.591	(1.316.393)	-	(451.612)	5.823.622

A provisão de "reestruturações" será para fazer face à reestruturação de alguns negócios do Grupo nomeadamente cafés torrados e foram registados na sua maior parte em gastos com pessoal.

A provisão para Impostos refere-se à melhor estimativa do Grupo sobre o possível dispêndio com os processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão constituída para "contratos onerosos" é para fazer face à rescisão de contratos com alguns distribuidores do negócio de Nestlé Professional.

À data de 31 de Dezembro de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010 não existem passivos nem ativos contingentes.

16 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em 1 de Janeiro de 2011 as responsabilidades com pensões passaram de um plano de benefícios definido para um plano misto: de Contribuição Definida (para os colaboradores ativos do Grupo); e de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS

	2011	2010
Taxa de desconto	4,75%	4,50%
Retorno esperado dos activos do plano	5,50%	6,80%
Taxa esperada de crescimento dos salários:		
> 55 anos	2,50%	2,50%
< 55 anos	3,25%	3,25%

RESULTADOS

	2011	2010
Custo dos serviços correntes	1.776.234	1.491.864
Contribuições empregados	(292.072)	
Custo de juros	1.663.692	1.795.604
Retorno esperado dos activos do plano	(1.606.370)	(1.769.356)
Curtailment		(5.703.548)
Total de gastos	1.541.484	(4.185.436)

A responsabilidade do fundo bem como a composição dos ativos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2011	2010
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(35.039.218)	(34.681.188)
Justo valor dos activos do fundo	31.977.923	30.233.255
	(3.061.295)	(4.447.933)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(3.460.503)	(3.791.425)
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	(6.521.798)	(8.239.358)

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2011	2010
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	34.681.188	35.912.075
Custo dos serviços correntes	1.776.234	1.491.864
Custo de juros	1.663.692	1.795.604
(Ganhos)/perdas actuariais	(1.713.303)	2.548.648
Curtailment		(5.703.548)
Benefícios pagos	(1.369.403)	(1.363.455)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	35.039.218	34.681.188

MOVIMENTOS ACTIVOS DO FUNDO

	2011	2010
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	30.233.255	26.020.000
Contribuição dos empregados	292.072	
Retorno esperado dos activos	1.606.370	1.770.000
Ganhos/(perdas) actuariais	(1.005.248)	-26.291
Contribuições para o fundo	2.220.066	3.833.000
Benefícios pagos	(1.368.592)	(1.363.455)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	31.977.923	30.233.254

ATIVOS DO FUNDO

	Taxa de retorno esperada		Justo valor	
	2011	2010	2011	2010
Instrumentos de capital próprio (Acções)	8,00%	8,00%	-6,94%	15,23%
Instrumentos de dívida	5,00%	5,00%	9,21%	2,32%
Imóveis	5,50%	5,50%	-7,55%	9,03%

A Responsabilidade apresentada de 35.039.228 euros inclui o montante de 15.533.716 euros referente ao plano de contribuição definida. Nos ativos do plano estão incluídos 15.863.348 euros que estão afetos ao plano de contribuição definida, para o qual foram efetuadas durante 2011 as seguintes contribuições:

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

	Contribuição
Administradores	8.239
Colaboradores	282.032
Comparticipação empresa	1.307.643
	1.597.913

A provisão para benefícios de Pré-reforma, inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

17 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica "outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Não Correntes		
Outras contas a pagar	657.382	597.198
	657.382	597.198
Correntes		
Outras contas a pagar	27.470.116	26.018.083
	27.470.116	26.018.083
	28.127.498	26.615.281

Na rubrica de outras contas a pagar encontra-se registado os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respectiva segurança social), no valor total de 10.390.762 euros.

Existem também criados acréscimos de gastos com publicidade referente ao período de 2010 de aproximadamente 4.700.000 euros.

18 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	51.782.039	54.632.294
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	15.333.751	17.734.521
	67.115.789	72.366.815

A diminuição nesta rubrica deve-se ao timing da movimentação de compensação do "confirming" em Dezembro de 2010 (Ver nota 4).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

		2011			2010				
			Montante utilizado			Montante utilizado			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Descoberto Bancário	BCP		-			891.388		-	-
	Santander Totta		11.737						
		-	11.737	-	-	891.388	-		
Outros empréstimos obtidos:									
Cash Pooling	Nestlé Espanha	50.000.000	39.385.719		50.000.000	37.368.865		-	-
		50.000.000	39.385.719	-	50.000.000	37.368.865	-		
		50.000.000	39.397.455	-	50.000.000	38.260.254	-		

A partir de Outubro de 2010 o Grupo, adotou o sistema Cash Pooling. Desta forma o Grupo apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado.

O descoberto bancário vence juros anuais à taxa de 1,48%, sendo que não existe maturidade definida.

19 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos a reconhecer -	896.027	1.004.808
	896.027	1.004.808

Nesta rubrica encontra-se registado rendimentos a reconhecer referentes ao projeto Goliath, no valor de 832.000 euros.

20 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de bens	468.885.726	454.822.992
Prestação de serviços	5.509.230	3.494.859
	474.394.957	458.317.851

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("net net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As Vendas de Bens aumentaram cerca de 3%, devido essencialmente ao crescimento do negócio NESPRESSO, bem como o sucesso das marcas DOLCE GUSTO e DIRECTO AO FORNO.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rédito relativo a subsídios à exploração reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

2011:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	50.000	-	50.000	50.000	50.000
	50.000	-	50.000	50.000	50.000

2010:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:	28.203	22.045	6.158	28.203	28.203
	28.203	22.045	6.158	28.203	28.203

O subsídio foi atribuído pela Região Autónoma dos Açores, referente ao transporte de leite em 2011, tendo sido recebido em 2012 e não sendo reembolsável.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Subcontratos	1.110.790	939.486
Serviços especializados -Trabalhos especializados	15.338.876	15.615.982
Serviços especializados -Publicidade e propaganda	37.711.766	43.472.618
Serviços especializados - Vigilância e segurança	640.847	628.842
Serviços especializados - Honorários	211.016	208.324
Serviços especializados - Comissões	205.502	282.647
Serviços especializados - Conservação e reparação	6.004.402	5.899.627
Serviços especializados - Outros	427.379	311.942
Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	63.289	304.729
Materiais - Livros e documentação técnica	44.362	37.558
Materiais - Material de escritório	232.633	365.710
Materiais - Artigos para oferta	12.429	8.040
Materiais - Limpeza, higiene e conforto	96.277	99.749
Materiais - Laboratório	61.712	58.692
Materiais - Outros	346.124	362.321
Energia e fluidos - Electricidade	1.818.137	1.645.678
Energia e fluidos - Combustiveis	1.762.208	1.558.155
Energia e fluidos - Água	243.728	208.706
Energia e fluidos - Outros	2.749.628	2.322.542
Deslocações e estadas	1.983.654	1.992.619
Transportes de pessoal	4.173	4.401
Transportes de mercadorias	10.343.988	10.687.330
Serviços diversos - Rendas e alugueres	7.058.974	6.684.426
Serviços diversos - Comunicação	1.073.824	1.009.016
Serviços diversos - Seguros	656.292	634.016
Serviços diversos - Royalties	21.007.001	21.553.344
Serviços diversos - Contencioso e notariado	545	460
Serviços diversos - Despesas de representação	274.843	239.098
Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	764.290	717.686
Serviços diversos - Outros	6.290.416	7.432.075
	118.539.106	125.285.818

Nesta rubrica estão registados gastos com Publicidade e Propaganda, os quais representam cerca de 32% dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Esta rubrica diminuiu cerca de 5% de 2010 para 2011 essencialmente pela diminuição dos gastos suportados com Publicidade e Propaganda 13% e pelo aumento dos gastos com energia e fluidos, que no seu conjunto aumentaram cerca de 15%.

Os gastos com Publicidade e propaganda incluem despesas com "media" aproximadamente 5.800.000 euros, amostras e demonstrações efetuadas com clientes 6.700.000 euros, publicidade no ponto de venda 1.900.000 euros, patrocínios 4.600.000 euros, bem como publicidade do negócio Nespresso no montante

de 6.000.000 euros. A diminuição está diretamente relacionada com o desinvestimento necessário ao ajustamento da rentabilidade do Grupo.

O montante referente a Trabalhos especializados inclui, entre outros, gastos com centros de serviços partilhados "share services" aproximadamente 3.000.000 euros, serviços de "Software Globe" 3.500.000 euros, consultadoria jurídica, fiscal e revisão legal de contas 570.000 euros e trabalho temporário 1.300.000 euros.

A rubrica de Royalties inclui, na sua maioria, os valores que são pagos à Sociéte de Produits Nestlé e à Cereal Partner Worldwide.

A diminuição verificada nos transportes de mercadoria deveu-se à renegociação de alguns contratos com os transportadores.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos orgãos sociais		
Remunerações do pessoal	43.525.019	43.077.729
Benefícios pós-emprego	1.541.482	(2.700.595)
Indemnizações	862	1.433
Encargos sobre remunerações	9.844.384	9.669.838
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	357.979	312.245
Gastos de acção social	3.089.313	3.175.471
Outros	6.620.219	7.806.909
	64.979.259	61.343.030

O número médio de pessoas ao serviço do Grupo, no período, foi de 1.599 (2010: 1.536).

24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Serviços Sociais: Reemb. Seg. Saúde	6.908	6.518
Serviços Sociais: Reemb. Refeitório	8.694	5.608
Outros rendimentos suplementares	9.739.874	14.159.567
Descontos de pronto pagamento obtidos	832	601
Recupereação de dívidas a receber	-	98
Dividendos recebidos de subsidiárias (Nota 8)	1.077.375	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	2.886.917	3.288.522
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	119.281	122.377
Outros	1.958.803	1.722.805
	15.798.685	19.306.097

A variação desta rubrica diz respeito à recuperação de despesas debitadas à participada Cereal Associados de Portugal (CAP) em 2011.

Na rubrica outros encontram-se registados rendimentos com restituição de impostos, nos montantes de 756.490 euros e 957.552 euros referentes a 2011 e 2010, respetivamente.

25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	563.120	527.091
Descontos de pronto pagamento concedidos	96	-
Dívidas incobráveis	49.665	321.854
Perdas em inventários	1.727.688	1.709.694
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	7.486	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	97.719	415.120
Outros	9.472.279	10.364.764
	11.918.053	13.338.523

Na rubrica outros encontram-se registados gastos com donativos, quotizações, insuficiência de estimativa para impostos e gastos com ofertas e amostras de inventários, nos montantes de 228.431 euros, 156.758 euros, 663.0936 euros e 5.813.164 euros referentes a 2011.

26 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Ativos fixos tangíveis	9.753.068	9.253.588
Intangíveis	372.869	4.575.684
	10.125.937	13.829.272

A variação do ano refere-se essencialmente à reclassificação em 2011 das comparticipações publicitárias registadas em ativos intangíveis em 2010 para diferimentos (ver nota 6).

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
Financiamentos bancários	669.936	574.573
Outros financiamentos	11.283	88.629
	681.219	663.202
Outros gastos de financiamento	264.854	187.885
	946.073	851.086

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	178	83.584
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas	19.900	4.388
Outros	33.791	118.737
	53.869	206.708

28 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31/12/2011 e 31/12/2010 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31/12/2011 e 31/12/2010 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2011	2010
Até 1 ano	1.890.641	2.200.183
Entre 1 ano e 5 anos	2.187.157	2.674.711
	4.077.798	4.874.894

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2011	2010
Pagamentos mínimos	3.301.068	3.384.500
	3.301.068	3.384.500

Locações financeiras

O valor presente dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos		Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2011	2010	2011	2010
Até 1 ano	859.188	1.005.003	859.188	1.005.003
Entre 1 ano e 5 anos	1.782.856	1.775.717	1.782.856	1.775.717
A mais de 5 anos	-	2.141	-	2.141
	2.642.044	2.782.860	2.642.044	2.782.860

29 PARTES RELACIONADAS

O Grupo é detido em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano 2011:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Juros obtidos	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	35.961.786	3.625.254	663.933	29.350.907	1.487.567	19.900	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	24.470.433	-	-	14.073.614	7.685.689	-	-
Outras partes relacionadas	122.880.232	13.008.852	-	31.659.653	2.398.338	-	20.992.960
	183.312.451	16.634.106	663.933	75.084.173	11.571.593	19.900	20.992.960

Ano 2010:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Juros obtidos	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	34.169.464	3.352.387	321.067	22.097.004	694.287	2.984	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	26.427.270	-	-	13.721.662	8.336.516	-	-
Outras partes relacionadas	106.806.180	13.633.416	-	21.098.562	4.542.009	-	21.575.801
	167.402.914	16.985.803	321.067	56.917.228	13.572.812	2.984	21.575.801

Em 31/12/2011 e 31/12/2010 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2011:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamento a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3.628.000	2.247.269	5.875.269	7.833.000	39.385.719	47.218.719
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1.584.623		1.584.623	2.831.580		2.831.580
Outras partes relacionadas	11.192.806		11.192.806	19.732.237		19.732.237
	16.405.429	2.247.269	18.652.698	30.396.817	39.385.719	69.782.536

Ano 2010:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamento a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3.649.000	3.908.389	7.557.389	2.782.000	40.147.755	42.929.755
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	3.692.477		3.692.477	3.477.735		3.477.735
Outras partes relacionadas	13.450.634		13.450.634	21.614.267		21.614.267
	20.792.110	3.908.389	24.700.499	27.874.002	40.147.755	68.021.756

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados no período findo em 31/12/2011 pelo Revisor Oficial de Contas, referentes à Revisão Legal das Contas, ascenderam a 88.100 euros

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

No dia 19 de Abril de 2012 tomou o Grupo conhecimento de uma sentença favorável no processo 88/04.5BESNT, que mantinha com a Fazenda Publica relativa a uma liquidação adicional de IRC de 1999 e liquidada pela Nestlé em 2003 no montante de 4.380.492,39 euros.

A Sentença proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa em 18 de Abril de 2012 veio julgar procedente a impugnação, condenado a Fazenda Pública no pedido de anulação da liquidação mencionada, na parte referente às correções impugnadas e no pedido de restituição do imposto pago e no pedido de juros indemnizatórios. O Grupo estima um valor aproximado de 5,5 milhões de euros a receber da Fazenda Pública.

A esta data, o referido montante não foi ainda liquidado pela Fazenda Pública, sendo que se encontra ainda a decorrer o período legal durante o qual esta poderá interpor recurso.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernard M. J. Meunier
António José Sousa Valles e Saraiva de Reffóios
Jorge Olalde Fernandez de Betoño
Juan Jose Aranols Campillo
Fernando Revuelta Laso

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Nestlé Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 320.579.199 euros e um total de capital próprio de 132.006.398 euros, incluindo um resultado líquido de 20.960.441 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Nestlé Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 31 de Maio de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Rui Miguel Nogueira Machado (ROC n.º 1012)